


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 19 de outubro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1002094-94.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Maduro Comercio de Veiculos Ltda**
 Requerido: **Marcio Fernando da Silva**

Justiça Gratuita

SENTENÇA

Vistos

MADURO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, já qualificada, ajuizou a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** contra **MÁRCIO FERNANDO DA SILVA**, também qualificado, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) vendeu um veículo ao requerido, que deixou de promover a transferência da propriedade; b) vem recebendo cobrança de dívidas referentes ao bem; c) requer a procedência do pedido.

Tutela concedida (fls. 27).

Citado o requerido pela via editalícia, não ofereceu contestação (fls. 170), sendo-lhe nomeado a Defensoria Pública, que contestou por negação geral (fls. 175).

Houve réplica (fls. 180).

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido merece procedência.

Viável o julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Na esteira da decisão através da qual foi concedida a antecipação de tutela (fls. 27), tem-se que os documentos que instruem a inicial comprovam a venda do carro ao requerido, que acabou deixando de transferir para seu nome, obrigação que lhe competia.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de consolidar a tutela concedida a fls. 27. Sem custas e despesas processuais em razão da gratuidade de justiça deferida ao requerido, que arcará com os honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00 com fundamento no artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil, observada a garantia prevista no artigo 98, § 3º também do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 19 de outubro de 2018.

João Battaus Neto

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)